

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

THE ROLE OF NURSES TO PREVENT OBSTETRIC VIOLENCE

Letícia Sant' Anna dos Santos

ticiasantannasantos@gmail.com

Hanna Hévila Batista Correa

hannahevila18@gmail.com

Bianca Campos Oliveira

bianca.campos@sg.universo.edu.br

Rafaella Marinho Rocha Pereira

rafaellamrocha05@gmail.com

Daniel Vieira Antônio

Dnel_eu@yahoo.com.br

Resumo

Introdução: A violência é um grave problema que afeta a saúde e o bem-estar das mulheres durante a gestação, parto e pós-parto. Essa forma de violência pode se manifestar de diferentes maneiras, como desrespeito, abuso físico ou verbal, negligência e tratamento desumano por parte dos profissionais de saúde envolvidos no cuidado obstétrico. Diante desse cenário preocupante, a atuação do enfermeiro desempenha um papel fundamental na prevenção e combate à violência obstétrica.

Objetivo: O artigo buscou revisar a literatura existente sobre o tema, destacando diretrizes, políticas e recomendações relacionadas à prevenção da violência obstétrica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura com levantamento em base em dados a fim de trazer a importância de uma informação integrada e de qualidade aos envolvidos. Visando ampliar as características de violência obstétrica.

Resultado: O enfermeiro desempenha um papel crucial na prevenção da violência obstétrica, adotando uma abordagem centrada na mulher, baseada em evidências e respeito aos direitos humanos. O enfermeiro também desempenha um papel importante na sensibilização e capacitação de outros profissionais de saúde, promovendo uma cultura de respeito e ética no cuidado obstétrico. No entanto, existem desafios a serem enfrentados, como investimento em educação e fortalecimento das políticas de saúde. **Conclusão:** Em suma, a atuação do enfermeiro é essencial para garantir uma experiência positiva e saudável para a mulher, contribuindo para a promoção da saúde materno-infantil e uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Violência obstétrica; atuação do enfermeiro; Gestação

Abstract

Introduction: Violence is a serious problem that affects the health and well-being of women during pregnancy, childbirth and postpartum. This form of violence can manifest itself in different ways, such as disrespect, physical or verbal abuse, negligence and inhumane treatment by health professionals involved in obstetric care. Faced with this worrying scenario, the role of nurses plays a fundamental role in preventing and combating obstetric violence. **Objective:** The article sought to review the existing literature on the topic, highlighting guidelines, policies and recommendations related to the prevention of obstetric violence. **Methodology:** This is a literature review with a data-based survey in order to highlight the importance of integrated and quality information to those involved. Aiming to expand the characteristics of obstetric violence. **Result:** Nurses play a crucial role in preventing obstetric violence, adopting a woman-centered approach, based on evidence and respect for human rights. Nurses also play an important role in raising awareness and training other health professionals, promoting a culture of respect and ethics in obstetric care. However, there are challenges to be faced, such as investment in education and strengthening health policies. **Conclusion:** In short, the nurse's role is essential to guarantee a positive and healthy experience for women, contributing to the promotion of maternal and child health and a fairer and more equitable society.

Keywords: Obstetric violence; nurse's performance; Gestation

1. Introdução

A violência obstétrica é um tema que desperta grande preocupação e debate na área da saúde e direitos humanos. Ela se refere a práticas abusivas, desrespeitosas e violentas direcionadas às mulheres durante o processo de gravidez, parto e pós-parto. Essas violências podem ocorrer em diferentes contextos, como hospitais, clínicas e até mesmo em ambientes domiciliares. (Henriques, Tatiana; 2021)

A VO (violência obstétrica) manifesta-se de várias formas, desde a falta de informação e comunicação adequada por parte dos profissionais de saúde até intervenções desnecessárias, invasivas e dolorosas sem o consentimento do paciente. Isso inclui procedimentos médicos realizados sem consentimento informado, consultas realizadas com o paciente sem acompanhante por negligência médica, episiotomias (corte no períneo) sem indicação clínica, partos cesáreos desnecessários, restrição do direito à privacidade e intimidade, discriminação com base em raça, etnia, classe social ou orientação sexual, entre outras práticas que desrespeitam a dignidade e autonomia das mulheres. (LIVRETO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL - 2021)

Com relação aos fatores de risco para a ocorrência da violência obstétrica, é de valia que o enfermeiro saiba conhecer e detectar mulheres que possam estar mais vulneráveis a sofrer violência obstétrica. Assim, o enfermeiro como profissional atuante na atenção primária à saúde e pré-natal, deve também estar atento na investigação sistemática da violência doméstica principalmente de mulheres protestantes, pois estudos apontam o maior índice de violência contra esse público, bem como as mulheres que não planejaram a gravidez e as gestantes com parceiro em hábito do etilismo. (Medeiros Moura, et al. 2018)

Conforme a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência obstétrica abrange qualquer atitude ou comportamento desrespeitoso dirigido à parturiente, desde a gestação até o período pós-parto. Essa forma de violência pode manifestar-se em todas as fases do atendimento à gestante e parturiente, sendo perpetrada pela equipe multidisciplinar de saúde. É crucial destacar que a negligência pode se manifestar como maus tratos tanto físicos quanto psicológicos. Portanto, a OMS caracteriza a violência obstétrica como comportamentos desrespeitosos, desumanizados, incluindo negligência e maus tratos, que afetam a

parturiente e o recém-nascido, podendo causar danos e sofrimento físico e psíquico, abrangendo todos os níveis de assistência. (Silva, et al. 2023)

Conforme estabelecido pela Lei nº 7498/86, que regulamenta a prática da enfermagem no Brasil, é prevista a profissão de Enfermeiro Obstétrico. Além das responsabilidades gerais atribuídas ao Enfermeiro, como o cuidado à gestante, parturiente e puérpera, o Enfermeiro Obstétrico também é incumbido da assistência durante o parto normal. Isso inclui a identificação de distocias obstétricas e a tomada de providências até a chegada do médico. (Silva, et al. 2023)

Assim, a enfermagem desempenha uma função crucial no combate à violência obstétrica, atuando em todas as fases do processo gravídico, parto e pós-parto. Seu papel essencial inclui prevenir procedimentos invasivos desnecessários, oferecer orientação e praticar a escuta ativa, promovendo os direitos garantidos à parturiente. (Silva, et al. 2023)

A conscientização sobre a violência obstétrica tem aumentado nos últimos anos, impulsionando movimentos e campanhas em prol de práticas respeitadas e humanizadas durante o processo de nascimento. É fundamental que os profissionais de saúde sejam capacitados para oferecer cuidados baseados em evidências, respeitando a autonomia e o protagonismo das mulheres em suas escolhas durante a gravidez, o parto e o pós-parto. (Moura, et al. 2018)

A violência obstétrica é praticada por quem realiza a assistência obstétrica. Médicos (as), enfermeiros (as), técnicos (as) em enfermagem, obstetrites ou quaisquer outros(as) profissionais que prestem em algum momento esse tipo de assistência podem ser autores da mencionada violência. (LIVRETO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL - 2021)

Contudo, profissionais de saúde na área de assistência ao parto, especialmente no Brasil, têm rejeitado o termo "violência obstétrica". A principal razão para essa resistência está relacionada à associação do termo com a patologização e medicalização do parto e nascimento. Embora alguns comportamentos sejam claramente identificados como violência, outros, defendidos por ativistas pela humanização do parto, referem-se a procedimentos médicos considerados rotineiros. Nesse contexto, denunciar a violência obstétrica, do ponto de vista do movimento social, torna-se uma forma de questionar concepções sobre o que constitui uma assistência ao parto ideal. Para abordar esse conflito, a Rede pela Humanização do Parto (ReHuNa), por exemplo, busca equilíbrio ao utilizar

termos positivos como "humanização do parto" e "promoção dos direitos humanos das mulheres", em contraposição ao emprego do termo "violência obstétrica". (Leite, et al. 2022)

2. Objetivo

Desta forma o presente estudo apresenta o seguinte objetivo: revisar a literatura existente sobre o tema, destacando diretrizes, políticas e recomendações relacionadas à prevenção da violência obstétrica. Visando ampliar o conhecimento dos profissionais de saúde e a responsabilidade de promover um ambiente seguro para as mulheres que sofrem com esse tipo de violência.

3. Metodologia

Trata-se de uma revisão de literatura com início em maio 2023, com base em dados retirados de 6 artigos, sendo eles todos nacionais numa janela temporal de cinco anos, visto que buscou - se o que se tinha mais recente. Todos com o objetivo de trazer a atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.

Na qual faz ênfase na responsabilidade do enfermeiro e dos profissionais de saúde para que consigam reduzir ou minimizar a taxa da violência obstétrica, até mesmo mostrar quais as principais intervenções utilizadas pela equipe para prevenção da mesma. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves **Violência obstétrica; atuação do enfermeiro; Gestação** para busca, que foi realizada no google acadêmico. O conteúdo foi selecionado a partir da base de dados de artigos científicos o qual possui disponível no idioma português.

4. Resultados

Na última década, o desejo por essa forma de violência contra as mulheres tem crescido muito devido ao movimento feminista e a grupos que tentam resgatar a fisiologia do parto e protagonismo da mulher nesse momento tão especial da vida. Entretanto, muitas dificuldades em relação ao tema são impostas, como a falta de definição dos atos de VO (Violência obstétricas), falta de consenso em relação ao termo utilizado, dificuldade de mensuração, poucas evidências sobre as consequências da VO na saúde materno-infantil e, por fim, falta de políticas públicas

para coibir esses atos e ajudar as mulheres que passam ou já passaram por essa violência. (Leite; et al. 2022)

Ao direcionarmos os cuidados obstétricos antes, durante e após o parto, podemos destacar algumas VO, como a episiotomia (“pique” no parto vaginal) sem necessidade, sem anestesia ou sem informar à mulher; Manobra de Kristeller (pressão sobre a barriga da mulher para empurrar o bebê); Amarrar a mulher durante o parto ou impedi-la de se movimentar; Ocitocina (“sorinho”) sem necessidade e um dos principais e maiores exemplos também é fazer uma cesariana insignificante, sem o consentimento da mãe e fazer sem explicar o procedimento. (LIVRETO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL - 2021)

Por consequência da falta de consenso na definição e terminologia, não há um instrumento aprovado para dimensionar a violência obstétrica. Existe, no momento, um questionário proposto pela OMS (Organização Mundial de Saúde) que foi utilizado em alguns países africanos. No entanto, não há avaliação psicométrica disponível. Dessa forma, a mensuração da sua prevalência e possíveis comparações são comprometidas. Com tudo fica prejudicada a avaliação das consequências da VO na saúde da mulher e do recém-nascido. Acha-se apenas algumas evidências relacionando a VO com a maior prevalência de depressão pós-parto. Porém, outros desfechos como a amamentação exclusiva, utilização dos serviços de saúde pela mulher, puericultura, *near miss* materno e neonatal, e outros transtornos mentais no puerpério, por exemplo, apesar de sugestivos são totalmente inexplorados. (Henriques, Tatiana; 2021)

Na qual a mulher e seu corpo têm sido tratados como meras máquinas, em que o médico é visto como o único detentor de todo o conhecimento sobre ela, negligenciando informações, emoções, sentimentos, percepções e direitos durante a gestação e o parto. Elas são frequentemente privadas da presença de um acompanhante, da possibilidade de escolher a posição em que desejam dar à luz e de expressar suas emoções e sentimentos, contrariando a Política Nacional de Humanização. Esse foco excessivo nos procedimentos em detrimento da mulher a torna mais vulnerável à violência, muitas vezes sendo silenciada pelos profissionais de saúde e até mesmo por si mesma. No entanto, as consequências amargas dessa vivência e os traumas vivenciados podem persistir além da instituição de saúde. (Andrade; et al. 2014)

Porém, o termo violência obstétrica tem sido rejeitado entre os profissionais de saúde que atuam na assistência ao parto, sobretudo no Brasil. O principal motivo para sua baixa aceitação é a incorporação da patologização e da medicalização do parto e nascimento à definição. Assim, embora alguns atos possam ser mais facilmente entendidos como violência, outros, reivindicados por ativistas pela humanização do parto, dizem respeito a procedimentos médicos rotineiros. Dessa forma, a denúncia de atos de violência obstétrica, pela perspectiva do movimento social, é um modo de questionar certa visão de mundo a respeito do que constitui ou não a assistência ao parto ideal. Na tentativa de amenizar esse conflito, mas sem deixar de reforçar a importância de um parto/nascimento respeitoso. (Leite; et al. 2022)

Para quebrar esse paradigma, alguns pesquisadores acreditam que é necessário mudar a forma de ensino e aprendizagem dos profissionais que atuam durante o ciclo gravídico-puerperal, enfatizando a abordagem baseada em evidência científica e no respeito à autonomia e dignidade da mulher.(Leite; et al. 2022)

O papel do enfermeiro na identificação da violência obstétrica

O enfermeiro desempenha um papel crucial diante da violência obstétrica, tanto na prevenção como no atendimento às mulheres que são vítimas desse tipo de violência. O enfermeiro pode atuar de várias maneiras para lidar com a violência obstétrica: (Moura; et al. 2018)

1. **Identificação e avaliação:** O enfermeiro deve estar atento aos sinais e sintomas de violência obstétrica durante o atendimento à mulher. Isso inclui observar comportamentos abusivos, desrespeitosos ou negligentes por parte dos profissionais de saúde, bem como identificar sinais de trauma ou estresse pós-traumático nas mulheres. Uma avaliação cuidadosa da mulher, levando em consideração sua história e experiência de parto, é fundamental para detectar a presença de violência obstétrica.
2. **Apoio emocional e acolhimento:** É importante que o enfermeiro ofereça apoio emocional às mulheres que são vítimas de violência obstétrica. Isso pode envolver ouvir suas preocupações, validar suas experiências e oferecer um ambiente seguro e acolhedor. O enfermeiro pode fornecer informações e

orientações sobre os direitos das mulheres e as opções disponíveis para buscar ajuda e justiça.

3. **Encaminhamento e coordenação de cuidados:** Em casos de violência obstétrica, o enfermeiro deve estar preparado para encaminhar a mulher para os serviços adequados. Isso pode incluir serviços de saúde mental, assistência jurídica, grupos de apoio ou outros recursos disponíveis na comunidade. O enfermeiro desempenha um papel importante na coordenação dos cuidados, garantindo que a mulher receba o suporte necessário em todas as etapas do processo.
4. **Advocacia e defesa dos direitos:** O enfermeiro tem a responsabilidade de ser um defensor dos direitos das mulheres durante o parto. Isso envolve garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados, que elas tenham acesso à informação e ao consentimento informado, e que sejam tratadas com dignidade e respeito. O enfermeiro pode atuar como uma voz ativa na promoção de mudanças nas práticas e políticas de saúde, buscando a humanização e a prevenção da violência obstétrica.
5. **Educação e conscientização:** O enfermeiro pode desempenhar um papel fundamental na educação e conscientização dos profissionais de saúde, gestores de saúde e da comunidade em geral sobre a violência obstétrica. Isso pode envolver a realização de treinamentos, palestras e campanhas de sensibilização para promover uma abordagem mais humanizada e respeitosa na assistência ao parto.

Em suma, o enfermeiro desempenha um papel essencial na identificação, prevenção e suporte às mulheres que enfrentam a violência obstétrica. Sua atuação pode contribuir significativamente para promover uma assistência ao parto mais segura, respeitosa e baseada nos direitos humanos das mulheres. (Moura; et al. 2018)

Após a análise dos 6 artigos, os principais resultados encontram - se abordados no Quadro 1

Quadro 1: Síntese das principais informações dos artigos, quanto à autoria, ano de publicação, objetivo, resultados e conclusão.

Autor/data ano	Título	Objetivo	Método	Resultado e Discussão	Conclusão
Rafaela Costa; Thaynã Fonseca; Felipe Jairo; Calebe de Medeiros; Andressa Mônica; Luzia Kelly; Karolina de Moura; 2018	Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétricas	Identificar, na literatura científica nacional, a assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.	Revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de maio a junho de 2017, nas bases de dados online da SciELO e na LILACS.	Medidas de prevenção a violência obstétrica; Experiências com a prevenção da violência obstétrica e Conhecendo os fatores de risco para a violência obstétrica.	Prevenir a violência obstétrica faz- se necessário uma assistência de enfermagem e um ambiente que proporcione a autonomia da mulher gestante.
Débora Miranda; Thayná Vasconcelos; Maria Patrícia; Larissa Cristiane; Rafaella Chagas; Jennifer Simões; Flavianne Maryana; Jaqueline Helen; Gabriel Oliveira; 2022	Atuação da Enfermagem na prevenção da violência obstétrica: revisão integrativa da literatura	Identificar a atuação da enfermagem em relação a prevenção da violência obstétrica	Revisão integrativa na literatura, realizada nos meses junho e julho de 2022 através de pesquisas eletrônicas nas bases de dados LILACS, SCIELO e BDENF	Os resultados mostram que, a atuação da enfermagem frente a prevenção da violência obstétrica tem um papel de extrema importância, por conta de ser a categoria de profissionais que ficam de forma mais próxima da parturiente.	Os enfermeiros devem garantir a assistência da mulher de forma digna e respeitosa, de modo que a gestação e o parto não sejam momentos traumáticos em decorrência da violação dos direitos.

<p>Amanda Rafaelly; Thaís Thainara; 2022</p>	<p>O papel da enfermagem contra a violência obstétrica</p>	<p>Esse estudo tem o objetivo de analisar o papel da enfermagem frente às ocorrências de violências obstétricas.</p>	<p>Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura que tem como caráter quantitativo e descritivo.</p>	<p>A violência obstétrica é um ato que vem sendo colocado em evidências após tantas denúncias de abuso profissional durante os partos, a humanização nesse momento tão marcante para a mulher.</p>	<p>O enfermeiro como profissional fundamental na hora do parto tem um papel crucial na identificação da violência obstétrica, sendo o mesmo responsável por notificar e orientar sobre o repúdio a respeito dessa prática, onde a mãe e o bebê são respaldados por lei.</p>
<p>Tatiana Henriques; Emanuele Souza; Ana Paula; Marina Fisher; Yammê Portella; Maria do Carmo; 2022</p>	<p>Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil</p>	<p>Discutir e refletir sobre como questões relacionadas à definição e terminologia, mensuração e políticas públicas no Brasil têm dificultado a pesquisa da temática, assim como a mitigação desses atos.</p>	<p>-----</p>	<p>A ausência de estudos epidemiológicos causais sobre a temática impacta a tomada de decisão na área da saúde.</p>	<p>Estudos futuros com foco na criação de um termo para avaliar situações de desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica durante a gravidez, o parto, o puerpério e em situações de abortamento se fazem necessários.</p>

<p>Nayana Darc de Araujo; Luiza de Jesus de Castro; Luciana Nogueira Benicio; Euni de Oliveira Cavalcanti;</p> <p>2023</p>	<p>O papel do enfermeiro no enfrentamento a violência obstétrica</p>	<p>Identificar quais os cuidados de enfermagem frente a violência obstétrica, durante o trabalho de parto, ampliando a visão em relação à assistência humanizada.</p>	<p>Revisão integrativa dos artigos publicados relacionados ao tema nas bases de dados LILACS, MEDLINE, através da BVS e BDEFN.</p>	<p>Foram selecionados 9 artigos, após a leitura surgiu as seguintes categorias temáticas, violência obstétrica e suas diversas formas de ser praticada, a importância do profissional de enfermagem no processo de trabalho de parto humanizado e na prevenção da violência obstétrica, e a deficiência de uma lei específica juntamente com as políticas públicas que protegem as mulheres no pré-parto, parto e pós-parto</p>	<p>O papel do enfermeiro é essencial no enfrentamento da violência obstétrica, pois é ele quem está diretamente ligado na assistência, esta que deve ser pautada no cuidado transpessoal, apoiando, informando, proporcionando um ambiente confortável, criando um relacionamento de ajuda-confiança</p>
--	--	---	--	---	--

<p>Gabriela Lemos de Pinho Zanardo; Magaly Calderón Uribe; Ana Hertzog Ramos De Nadal e Luísa Fernanda Habigzang;</p> <p>2017</p>	<p>Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa</p>	<p>Realizar uma revisão narrativa de estudos sobre violência obstétrica. Para isso, abordou-se o histórico do parto e suas intervenções, o conceito de violência obstétrica, os marcos legais e o panorama brasileiro da assistência ao parto.</p>	<p>Na revisão das pesquisas realizadas sobre o assunto, constatou-se que não há um consenso em relação ao conceito de violência obstétrica no Brasil, embora as evidências indiquem que essa prática ocorra.</p>	<p>Os dados apontam para a necessidade de uma conceituação de violência obstétrica, preferencialmente em documentos legais que a definam e criminalizem. Tal conceituação auxiliará na identificação e enfrentamento dessas situações.</p>	<p>Consideram-se necessárias mudanças nas práticas assistenciais vigentes, visando a reduzir as intervenções desnecessárias e as violações aos direitos das mulheres.</p>
---	--	--	--	--	---

5. Discussão

Desconsiderar o papel central da mulher é identificado como um fenômeno socialmente complexo na Saúde da Mulher. A prevenção demanda mudanças nas práticas de assistência ao longo do ciclo gravídico-puerperal, visando reduzir intervenções médicas desnecessárias que possam afetar negativamente a saúde física e emocional das mulheres. (SILVA, et al; 2020).

A Violência Obstétrica (VO), embora careça de uma definição mais precisa, refere-se à violência infligida por profissionais de saúde nos processos reprodutivos e na constituição física da mulher. Embora frequentemente associada ao parto, é importante considerar também a dimensão reprodutiva e sexual da mulher. (CARNIEL, et al; 2019).

Combater a violência obstétrica exige a colaboração de ações multidisciplinares em nível nacional e internacional, além do engajamento da sociedade civil. É crucial atender às demandas para aprimorar a qualidade dos cuidados de saúde para mulheres e crianças durante o parto. Este problema de saúde pública se manifesta por meio de violências físicas, sexuais e verbais, acompanhadas de estigma, preconceito, desrespeito a modelos de práticas profissionais, relações menos satisfatórias entre mulheres e profissionais, e restrições nos sistemas de saúde.(ZANCHETA; 2021).

Apesar de tudo, os enfermeiros percebem o parto como um evento fisiológico integrado à esfera feminina. Eles enfatizam a importância da relação interpessoal ao fornecer cuidados à mulher, reconhecendo a relevância desse momento e todos os seus aspectos, sejam positivos ou negativos. A solidariedade aliada à sensibilidade dos profissionais permite identificar as necessidades das mulheres, criando um ambiente propício para interações que se fundamentam na confiança mútua.(PAIVA, et al; 2022).

Paralelamente, aguarda-se uma transformação na prática para aprimorar a assistência humanizada. No âmbito das mudanças globais, destaca-se que a Enfermagem utiliza a comunicação social crítica como ferramenta para essa capacitação. Isso é possível por meio do trabalho diversificado, especialmente por enfermeiros(as) dotados(as) de pensamento crítico, contribuindo para humanizar a assistência. Essa iniciativa pode reduzir a distância entre o PHPN, a legislação e os cuidados obstétricos, enfatizando a necessidade de treinamento específico para

profissionais de saúde, baseado em ética, gênero e direitos humanos, a fim de efetivar mudanças significativas.(ZANCHETA; 2021).

Considerando a perspectiva dos enfermeiros em relação ao parto, observamos que eles o veem como um evento natural, o que talvez explique o menor uso de intervenções durante a assistência. De acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, quando o parto está transcorrendo normalmente e há boas condições tanto para a mãe quanto para o feto, não é necessário recorrer a intervenções adicionais para acelerar o processo. (PAIVA, et al; 2022).

Nesse contexto, é urgente a necessidade de mudanças por parte dos profissionais de saúde, gestores e políticas públicas no enfrentamento da violência obstétrica como proposta de ruptura com o atual modelo obstétrico, visando o resgate da autonomia feminina com foco na sexualidade, direitos reprodutivos e humanos. Assim, a compreensão da complexidade da violência obstétrica perpassa o nível gerencial, importante mecanismo de sustentação de uma assistência que respeite a dignidade humana (PAULA, et al; 2020).

Com base nessas observações, a presença de enfermeiros obstétricos na assistência ao trabalho de parto e ao puerpério está diretamente relacionada à qualidade do cuidado oferecido. Destaca-se a diminuição de práticas intervencionistas desnecessárias, alinhando-se ao movimento de humanização da assistência no ciclo gravídico-puerperal para o binômio mãe-filho. (PAIVA, et al; 2022).

Silva e Aguiar (2020) declara que se torna necessário que o conhecimento acerca da temática deva fazer parte do entendimento diário do enfermeiro, além disso, a educação em saúde tende a abordar assuntos desconhecidos a essa população e, assim, informá-las quanto aos direitos que devem ser respeitados em qualquer momento no âmbito de seu atendimento.

Conclusão

A violência obstétrica é uma realidade preocupante que afeta muitas mulheres durante o processo de gestação, parto e pós-parto. Nesse contexto, o papel do enfermeiro é fundamental na promoção de cuidados humanizados, respeitosos e baseados em evidências científicas.

O enfermeiro desempenha um papel essencial no cuidado obstétrico, atuando como defensor e facilitador dos direitos das mulheres. É responsabilidade do enfermeiro garantir que a mulher seja tratada com dignidade, respeito e empatia, independente de sua origem étnica, socioeconômica, raça, idade ou qualquer outra característica pessoal.

Uma das principais funções do enfermeiro é educar e informar as mulheres sobre os seus direitos reprodutivos, explicando os procedimentos, riscos e benefícios envolvidos no cuidado obstétrico. Além disso, o enfermeiro deve assegurar a participação ativa da mulher nas decisões relacionadas à sua saúde e ao processo de parto, respeitando suas preferências e desejos.

O enfermeiro também deve estar atento aos sinais de violência obstétrica, como abuso verbal, físico ou psicológico, negligência e tratamento desrespeitoso. Quando identificada qualquer forma de violência obstétrica, o enfermeiro deve agir prontamente, oferecendo apoio emocional, acolhimento e encaminhamento para os serviços adequados.

Entretanto, espera-se que com esse artigo conscientize os profissionais de enfermagem sobre as ações consideravelmente básicas, capazes de precaver a violência obstétrica, estabelecendo ainda possibilidades para reflexão de condutas e adoção de práticas mais humanizadas, ou seja, legalizadas e seguras. Salienta-se, sobretudo, a importância de novos estudos a respeito da temática visando prevenir esse tipo de violência com a mulher e implementar estratégias para prevenção e prestar uma assistência humanizada, digna e adequada, visto que a ciência é dinâmica e está sempre em constante avanço de melhorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOURA, Rafaela Costa de Medeiros; Pereira, Thaynã Fonseca; Rebouças, Felipe Jairo; Costa, Calebe de Medeiros; Gomes Lernades, Andressa Mônica; Alves da Silva, Luzia Kelly; Manso da Rocha, Karolina de Moura. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica / Nursing care in the prevention of obstetric violence, dez. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1028391>

LEITE, T. H., Marques, E. S., Esteves-Pereira, A. P., Nucci, M. F., Portella, Y., & Leal, M. do C.. (2022). Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(2), 483–491. <https://doi.org/10.1590/1413-8123202272.38592020>

ZANARDO, G. L. de P., Uribe, M. C., Nadal, A. H. R. D., & Habigzang, L. F.. (2017). VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. *Psicologia & Sociedade*, 29, e155043. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i155043>

SILVA, A. R. S. da; OLEGÁRIO, T. T. da S. O papel da enfermagem contra a violência obstétrica: The role of nursing against obstetric violence. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 16686–16695, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n4-224. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/51380>.

SILVA, N. D. de A.; MARTINS, L. de J. de C.; BENICIO, L. N.; CAVALCANTI, E. de O. O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 5105–5129, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N6-023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/896>.

DIAS, D. M. .; SILVA, T. V. da .; SILVA, M. P. da .; SILVA, L. C. A. da .; RAMBALDI, R. C. .; REZENDE, J. S. de .; PRUDÊNCIO, F. M. .; VIANA, J. H. .; SILVA, G. O. da . Atuação da Enfermagem na prevenção da violência obstétrica: revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 10, p. e577111033130, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.33130. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33130>

ANDRADE, B. P. & Aggio, C. M. (2014, maio). Violência obstétrica: a dor que cala. In *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas* (pp. 01-07), Londrina: Universidade Estadual de Londrina. ISSN: 2177-8248, em Acesso em 02 de agosto, 2023, em http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf

